



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

PAUTA DA 30ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**15/09/2015
TERÇA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Delcídio do Amaral
Vice-Presidente: Senador Raimundo Lira**



Comissão de Assuntos Econômicos

30ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 15/09/2015.

30ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Terça-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Discutir os seguintes temas: 1. Em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária; 2. Em atendimento ao RQE 22/2015, possíveis avanços na regulação do mercado de câmbio e as recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil; 3. Em atendimento ao RQE 23/2015, a mudança de orientação da política econômica ocorrida neste início de mandato da presidente Dilma Rousseff e suas repercussões para sociedade.	7

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira

(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457	2 Paulo Rocha(PT)	PA (61) 3303-3800
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	3 Acir Gurgacz(PDT)(17)(23)	RO (61) 3303-3131/3132
Walter Pinheiro(PT)	BA (61) 33036788/6790	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Reguffe(PDT)	DF (61) 3303-6355 a 6361 e 6363	5 Cristovam Buarque(PDT)(12)	DF (61) 3303-2281
Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315	6 Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Benedito de Lira(PP)	AL (61) 3303-6148 / 6151	7 Gladson Cameli(PP)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
Ciro Nogueira(PP)	PI (61) 3303-6185 / 6187	8 Ivo Cassol(PP)	RO (61) 3303.6328 / 6329
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	1 Valdir Raupp(PMDB)	RO (61) 3303-2252/2253
Waldemir Moka(PMDB)	MS (61) 3303-6767 / 6768	2 Eunício Oliveira(PMDB)	CE (61) 3303-6245
Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747	3 José Maranhão(PMDB)	PB (61) 3303-6485 a 6491 e 6493
Sandra Braga(PMDB)	AM (61) 3303-6230/6227	4 Lúcia Vânia(PSB)(14)	GO (61) 3303-2035/2844
Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590	5 Jader Barbalho(PMDB)(16)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624	6 Marta Suplicy(S/Partido)(18)	SP (61) 3303-6510
Omar Aziz(PSD)	AM (61) 3303.6581 e 6502	7 Rose de Freitas(PMDB)(20)	ES (61) 3303-1156 e 1158
VAGO(19)		8 Hélio José(PSD)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 José Serra(PSDB)	SP (61) 3303-6651 e 6655
Wilder Moraes(DEM)	GO (61)3303 2092 a (61)3303 2099	2 Ataídes Oliveira(PSDB)	TO (61) 3303-2163/2164
Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342	3 Dalirio Beber(PSDB)(22)	SC (61) 3303-6446
Alvaro Dias(PSDB)(6)	PR (61) 3303-4059/4060	4 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Tasso Jereissati(PSDB)	CE (61) 3303-4502/4503	5 Davi Alcolumbre(DEM)(8)	AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	1 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	2 Roberto Rocha(PSB)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	3 José Medeiros(PPS)	MT (61) 3303-1146/1148
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Douglas Cintra(PTB)	PE (61) 3303-6130/6124	1 Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Marcelo Crivella(PR)	RJ (61) 3303-5225/5730	2 Elmano Férrer(PTB)	PI (61) 3303-1015/1115/1215/2415/3055/3056/4847
Wellington Fagundes(PR)	MT (61) 3303-6213 a 6219	3 Blairo Maggi(PR)(11)	MT (61) 3303-6167

(1) Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

(2) Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

(3) Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

(4) Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- (6) Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).
- (7) Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
- (8) Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).
- (9) Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
- (10) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (11) Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
- (12) Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
- (13) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
- (14) Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).
- (15) Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
- (16) Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
- (17) Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
- (18) Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
- (19) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (20) Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
- (21) Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
- (22) Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
- (23) Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): CAMILA MORAES BITTAR
TELEFONE-SECRETARIA: 61 33033516
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 61 33033255
E-MAIL: cae@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

Em 15 de setembro de 2015

(terça-feira)

às 10h

PAUTA

30ª Reunião, Ordinária

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

	Audiência Pública
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

Audiência Pública

Assunto / Finalidade:

Discutir os seguintes temas:

1. Em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária;
2. Em atendimento ao RQE 22/2015, possíveis avanços na regulação do mercado de câmbio e as recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil;
3. Em atendimento ao RQE 23/2015, a mudança de orientação da política econômica ocorrida neste início de mandato da presidente Dilma Rousseff e suas repercussões para sociedade.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQE 22/2015](#), Senador Ricardo Ferraço
- [RQE 23/2015](#), Senador Ricardo Ferraço

Convidados:

Alexandre Tombini

- Presidente do Banco Central do Brasil

Aldo Luiz Mendes

- Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil

1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RICARDO FERRAÇO

Aprovado em

18 / 08 / 15

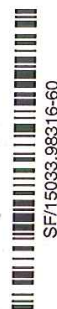
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2015 - CAE

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para debater possíveis avanços na regulação do mercado de câmbio, bem como discutir as recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados:

- **Eduardo Frade**, Superintendente-Geral do Cade,
- **Aldo Luiz Mendes**, Diretor de Política Monetária do Banco Central,
- ~~Leonardo Gomes Pereira~~, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, (RETIRADO)
- **Murilo Portugal Filho**, Presidente da Febraban, e
- **José Augusto de Castro**, Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil

JUSTIFICATIVA

A taxa de câmbio é considerada o preço chave da economia, que influencia diversas variáveis econômicas de um país, como os níveis de investimento, importação e exportação, além de todas as transações financeiras que a tomem por base. Ainda que o real seja a moeda oficial do



SF/15033.98316-60

Página: 1/3 11/08/2015 09:04:46

97a0b8aceec14d65d07e0c61b882da110e149a54





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RICARDO FERRAÇO

país, um número considerável de operações cambiais realizadas por entidades brasileiras também são feitas por meio de moedas estrangeiras.

O mercado de câmbio conta com os índices de referência (ou taxas de câmbio de referência), calculados com base nas taxas de câmbio à vista de mercado e publicados periodicamente por entidades públicas e privadas - tais como o Banco Central do Brasil (PTAX), o WM/Reuters e o Banco Central Europeu. Esses índices de referência são usados como parâmetro por empresas multinacionais, instituições financeiras e investidores que avaliam contratos e ativos mundialmente, entre outros.

No dia 2 de julho, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade abriu processo administrativo para investigar suposto cartel na manipulação de taxas de câmbio envolvendo o real e moedas estrangeiras. Também será apurada a manipulação de índices de referência de mercado de câmbio. As supostas condutas anticompetitivas envolveram o mercado de câmbio e as instituições financeiras que operam neste mercado.

O parecer da Superintendência aponta que existem fortes indícios de práticas anticompetitivas de fixação de preços e condições comerciais entre as instituições financeiras concorrentes. Segundo as evidências, os representados teriam feito um cartel para fixar níveis de preços (spread cambial); coordenar compra e venda de moedas e propostas de preços para clientes; além de dificultar ou impedir a atuação de outros operadores no mercado de câmbio envolvendo a moeda brasileira.



SF/15033.98316-60

Página: 2/3 11/08/2015 09:04:46

97a0b8aceec14d65d07e0c61b882da110e149a54





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RICARDO FERRAÇO

As instituições financeiras acusadas também teriam se coordenado para influenciar índices de referência dos mercados cambiais, por meio do alinhamento de suas compras e vendas de moeda. Foram encontrados indícios adicionais de práticas anticompetitivas de compartilhamento de informações comercialmente sensíveis sobre o mercado de câmbio, como informações sobre negociações, contratos e preços futuros; ordens de clientes; estratégias e objetivos de negociação; posições confidenciais em operações e ordens específicas; e o montante de operações realizadas (fluxos de entrada e saída).

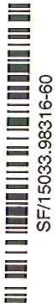
Todas as supostas condutas teriam comprometido a concorrência nesse mercado, prejudicando as condições e os preços pagos pelos clientes em suas operações de câmbio, de forma a aumentar os lucros das empresas representadas, distorcer os índices de referência do mercado de câmbio e prejudicar vários outros agentes econômicos como as empresas exportadoras brasileiras.

Pelas razões aqui expostas, e pela urgência desse debate, peço apoio dos Srs e Sras Senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,

11 DE AGOSTO DE 2015.

Senador **Ricardo Ferraço**



SF/15033.98316-60

Página: 3/3 11/08/2015 09:04:46

97a0b8aceec14d65d07e0c61b882da110e149a54



REQUERIMENTO Nº 23 , DE 2015 - CAE

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos para explicar a forte mudança de orientação da política econômica ocorrida neste início de mandato da Presidente Dilma Rousseff e suas repercussões para sociedade. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados:

- Ministro da Fazenda, **Joaquim Levy**,
- Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão, **Nelson Barbosa**,
- Presidente do Banco Central, **Alexandre Tombini**, e
- Secretário do Tesouro Nacional do Ministro da Fazenda, **Marcelo Saintive**.

JUSTIFICATIVA

O desempenho da política econômica no primeiro governo Dilma foi decepcionante. A taxa de crescimento econômico dos últimos quatro anos deve ficar em 1,6% em

média. Resultado inferior ao da “década perdida” dos anos 80. As atuais estimativas de mercado projetam crescimento econômico nulo para 2015 e, para 2016, apenas 1,5% a.a.

Esse fraco desempenho econômico foi acompanhado da deterioração das variáveis econômicas chave para o crescimento econômico de longo prazo. A taxa de investimento caiu de 20% do PIB no primeiro trimestre de 2011 para 17,8% do PIB no terceiro trimestre de 2014. A taxa de poupança recuou de 17% do PIB no primeiro trimestre de 2011 para apenas 14% do PIB.

Ou seja, os investimentos que são fundamentais para a melhoria da infraestrutura e modernização da economia recuaram. E o pior, o diferencial entre a taxa de investimentos e a taxa de poupança aumentou, implicando em deterioração das contas externas e aumento da vulnerabilidade do país.

Hoje, o déficit de transações correntes de 4,2% do PIB não é mais inteiramente financiado pelos investimentos estrangeiros diretos (2,9% do PIB). Esse diferencial de US\$ 28 bilhões precisa ser coberto por capitais especulativos que podem sair a qualquer momento do país e gerar elevados custos socioeconômicos ao país.

A partir de 2011, quando a maioria dos países do mundo estava em processo de ajuste econômico para elevar a competitividade e de racionalização das despesas públicas, o Brasil insistia em manter estímulos econômicos ao consumo e às empresas, via bancos públicos, para atenuar os efeitos da crise. Esses estímulos foram de caráter discricionário, sem amplitude geral, e colocou a

economia em “marcha forçada” até perder sua capacidade de crescimento no médio prazo.

Os principais agentes econômicos estão sem condições de promover estímulos positivos ao crescimento econômico. O comprometimento da renda das famílias com dívidas assumidas se mantém elevado e deve crescer com a elevação das taxas de juros. As empresas sofrem com o péssimo ambiente de negócios e incertezas regulatórias provocadas pelo governo.

O setor público saiu de uma posição superavitária de 3,1% do PIB em 2011 para um déficit de 0,6% em 2014. Mesmo em um ambiente de estagnação, o governo é obrigado a cortar despesas e elevar tributos para dar solvência às contas públicas.

O Banco Central se vê obrigado a elevar as taxas de juros nesse cenário recessivo, com a inflação acumulada atingindo 7,1% a.a. devido, dentre outros fatores, ao controle artificial dos preços administrados na gestão anterior. Mesmo assim, a inflação projetada pelo mercado para 2015 e 2016 continua persistentemente acima do centro da meta de inflação.

O modelo econômico anterior está esgotado e deve ser alterado por uma agenda de reformas na área econômica para criar as bases para a retomada do processo de crescimento sustentável no país. Dessa forma, é preciso convidar os Ministros e o Secretário responsáveis pela gestão econômica para que expliquem quais medidas serão tomadas na nova agenda econômica, os efeitos a serem

sentidos pela população e os resultados que se pretende alcançar.

Pelas razões aqui expostas, e pela urgência desse debate, peço apoio dos Srs e Sras Senadores para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 11 de agosto de 2015.

Senador **Ricardo Ferraço**